

DA QUEDA DO DUVALIERISMO À TRANSIÇÃO INACABADA: A CRISE HAITIANA DOS ANOS 1980

**FROM THE FALL OF DUVALIERISM TO THE UNFINISHED TRANSITION:
THE HAITIAN CRISIS OF THE 1980S**

Everaldo de Oliveira Andrade

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, BRASIL.

Resumo

A conjuntura geral de desestabilização econômica vivida pela América Latina na década de 1980 varreu praticamente todas as ditaduras do continente, com transições muitas vezes superficiais ou inacabadas. Essa situação geral assumiu aspectos particulares no Haiti. A longa ditadura dos Duvalier desde 1957, e que termina em 1986, se prolongou como crise e devastou o país com novos golpes militares e mobilizações populares nos anos seguintes. Atribui-se geralmente essa situação a atributos especificamente nacionais e locais que generalizaram novos conceitos como “estado frágil” ou “estado falido” para caracterizar as instituições políticas do Haiti. Esse artigo busca questionar esses conceitos a partir da historiografia e debates teóricos concernidos, confrontando-os a hipóteses explicativas relacionadas aos processos de mobilização política popular que construíam novos caminhos e possibilidades de institucionalização da vida política nacional, mas também com as diferentes ações e interesses externos que agiram para preservar o regime pós-ditatorial e, portanto, impedir uma via alternativa e nacional de construção democrática.

Palavras-chave: Jean-Claude Duvalier. Queda ditadura Duvalier. Haiti. Estado frágil.

Resumen

La coyuntura general de desestabilización económica vivida por América Latina en la década de 1980 barrió prácticamente todas las dictaduras del continente, con transiciones a menudo superficiales o inacabadas. Esta situación general asumió aspectos particulares en Haití. La larga dictadura de los Duvalier desde 1957, y que termina en 1986, se prolongó como crisis y devastó el país con nuevos golpes militares y movilizaciones populares en los años siguientes.

Artigo recebido em 21 setembro de 2018 e aprovado para publicação em 21 de novembro de 2018

Se atribuye generalmente esta situación a atributos específicamente nacionales y locales que generalizaron nuevos conceptos como "estado frágil" o "estado fallido" para caracterizar a las instituciones políticas de Haití. Este artículo busca cuestionar esos conceptos a partir de la historiografía y debates teóricos concernidos, enfrentándolos a hipótesis explicativas relacionadas con los procesos de movilización política popular que construían nuevos caminos y posibilidades de institucionalización de la vida política nacional, pero también con las diferentes acciones e intereses externos que actuaron para preservar el régimen post-dictatorial y, por tanto, impedir una vía alternativa y nacional de construcción democrática.

Palabras clave: Dictadura Duvalier. Haití. Estado arruinado.

Abstract

The general economic destabilization of Latin America in the 1980s swept virtually all of the continent's dictatorships, with transitions often superficial or unfinished. This general situation has taken on particular aspects in Haiti. The long Duvalier dictatorship since 1957, which ended in 1986, continued as a crisis and devastated the country with new military coups and popular mobilizations in the following years. This situation is usually attributed to specifically national and local attributes that have generalized new concepts such as "fragile state" or "failed state" to characterize Haiti's political institutions. This article seeks to question these concepts from the historiography and theoretical debates concerned, confronting them with explanatory hypotheses related to the processes of popular political mobilization that constructed new ways and possibilities of institutionalization of the national political life, but also with the different actions and external interests who acted to preserve the post-dictatorial regime and thus prevent an alternative and national way of democratic construction.

Keywords: Duvalier dictatorship. Haiti. Failed state.

As mobilizações camponesas e populares abalaram a ditadura

O abismo a que foi empurrado o Haiti pela combinação da ação da burguesia local com os capitais internacionais no objetivo comum de saquear as riquezas da nação sob o manto de uma ditadura implacável e corrupta parecia ter chegado a um limite com a crise internacional de 1971-1973, o que exigia ajustes inevitáveis. No final da década de 1970 cresceram as pressões políticas dos EUA, sob a administração do presidente Jimmy Carter, por uma flexibilização que desse imagem mais democrática ao regime haitiano. A década de 1980 trouxe aos EUA novos e grandes incômodos vindos do Haiti, não só pelas imigrações em massa dos *balseiros*, mas também pelo crescente tráfico de drogas.

A deterioração econômica e social haitiana tivera as mãos ativas dos EUA durante toda a longa ditadura dos Duvalier desde 1957, com suas políticas liberalizantes que destruíram a economia camponesa, suas empresas que superexploravam a mão de obra local e a conivência com o sistema corrupto e ditatorial, que ajudava a alimentar e do qual se beneficiava. As milícias paramilitares dos tontons-macoutes e a guarda presidencial dos Leopards foram beneficiadas com treinamento e armamentos. Foi assim também com a economia afetada pela destruição da indústria açucareira fez do Haiti um importador de açúcar. A erradicação das criações de porcos dos pequenos camponeses tornou essa criação dependente de insumos importados dos EUA. A destruição das culturas de arroz haitiano depois de uma abertura do mercado externo ajudou a facilitar as importações dos EUA. A negligência generalizada quanto às culturas tradicionais de banana e café ampliou o desemprego, que avançou de maneira endêmica com o enfraquecimento crescente da agricultura. A desagregação social já em franco andamento com a delinquência política das milícias tontons-macoutes se aprofundou nesse ambiente¹.

À ação dos EUA se somou o governo francês de François Mitterrand para aumentar as pressões internacionais por mudanças no regime haitiano. A velha metrópole ainda possuía fortes laços com o país. Embora a ditadura servisse aos interesses desses países abrindo generosamente seu mercado às empresas francesas e estadunidenses, a repressão política permanente, que crescia para fazer frente ao aumento da pobreza e das mobilizações sociais, começava a afetar diretamente esses interesses econômicos. O regime se tornava cada vez mais frágil, a ponto de ameaçar os investimentos dos grandes capitais aplicados no país. E, apesar dos escândalos provocados pela repressão, os investimentos estrangeiros continuaram ao longo dos anos de 1970. De fato, o aumento da ajuda econômica e dos investimentos privados e de governos como os de EUA, Israel, Japão, França, Canadá e Alemanha Ocidental visava evitar um colapso para garantir a continuidade dos negócios.

O que de fato moveu a história e deslocou a ditadura haitiana foi a irrupção de um poderoso movimento nacional de camponeses, demonstrando que algo se movia nas estruturas políticas e sociais mais profundas do país. O movimento que posteriormente derrubaria a ditadura partiu desses setores de massas das populações empobrecidas e quase isoladas. Ocupações de terra, sob ataques de milícias e policiais, vinham crescendo no planalto central do país, organizados pelo Movman Peysan Papay (MPP), ou Movimento Camponês de Papay. Desde 1973 o MPP ganhara dimensão nacional e já era capaz de organizar 100 mil camponeses em nove departamentos do país pela reforma agrária (SADER, 2006, p. 647). As diferenças entre a cidade e o campo, que cresceram durante o período dos governos Duvalier, eram fatores que ajudavam a explicar estruturalmente a desestabilização social e política que vinha de baixo. As cidades concentravam os gastos do governo, mas era no campo que vivia a maior parte da população do país. Em 1984, por exemplo, o governo gastaria mais de 64% do

1 Já na década de 1980 o conservador governo de Ronald Reagan chegou a suspender toda a ajuda financeira ao país, mas em 1989 o governo George Bush retomou a ajuda de 10 milhões de dólares como prêmio pelo fato de o governo haitiano haver cooperado no combate ao tráfico internacional de drogas.

orçamento nacional em Porto Príncipe, cidade com 20% da população do país. E mais de 40% de toda a ajuda estrangeira foi para a capital. Isso exacerbava ainda mais as tensões sociais e regionais.

No campo, o Exército e as milícias estatais eram o único poder de fato, com funções militares e de polícia. A estrutura das 562 seções rurais com seus chefes e assistentes uniformizados, chamados popularmente de *leta* (corruptela de “L’etat” ou “o Estado”), constituía um corpo auxiliar, mas sem pertencer às Forças Armadas, e continuidade da estrutura milicianiana criada por *Baby Doc*. Os chefes de seção eram, em geral, recrutados entre famílias dos camponeses proprietários médios (os *gros neg* ou *gran abitan*). Essas famílias buscavam ampliar sua influência por meio desses cargos. Ou seja, a função ia além de seu papel na política local, recolhendo taxas, mediando disputas e fazendo registros civis. Isso permitia consolidar poderes locais e arbitrariedades, corrupção e tráfico de influência, baseados na força. Esses verdadeiros governos das pequenas localidades exerciam autoridade quase que absoluta sobre a população. De fato, a autoridade centralizada nacionalmente contrastava com o exercício das autoridades locais descentralizadas e com certo grau de autonomia. No entanto, essas autoridades locais eram igualmente autoritárias e, principalmente, complementares ao poder central. Essas estruturas e a cultura política consolidada em torna delas terão uma sobrevida mesmo após a queda do regime Duvalier (HAGGERTY, 1991, p. 336).

A ilegitimidade da Lei e as redes de controle do regime

Na tentativa de melhorar a imagem política do regime, várias pequenas reformas institucionais foram realizadas entre 1971 e 1985. Isso não evitou que prosseguisse e se aprofundasse a instabilidade institucional. Novas constituições foram redigidas em um ambiente de quase permanente inexistência de garantias constitucionais. François Duvalier, o *Papa Doc*, promulgara novas constituições em 1957, em 1964 e em 1971. Com o governo do seu filho a partir de 1971, Jean-Claude Duvalier, ou o *Baby Doc*, surgiu outra constituição em 1983; mas eram todas de fato letras mortas. A reforma constitucional de 1971, que alterou a idade mínima para as candidaturas presidenciais de 40 para 19 anos, teve como consequência o referendo que elegeu para presidente Jean-Claude, de apenas 19 anos, com uma votação surrealista de 2.391.916 votos a 1. Essa mesma tradição permanecia ainda em 1985, quando um novo referendo reafirmou a Presidência vitalícia, com 99,98% dos votos favoráveis (BELLEGARDE-SMITH, 1994, p. 104). Depois da promulgação da vigésima Constituição desde 1804 e das eleições legislativas, em fevereiro de 1984, nenhum novo traço de legitimidade parecia sustentar o governo. Uma emenda constitucional aprovada em julho de 1985 criou a figura do primeiro-ministro e definiu várias restrições à existência de outros partidos, além de ter reafirmado a Presidência vitalícia depois submetida a referendo. Os

próprios duvalieristas criaram o novo Partido Nacional Progressista (PNP).

A resistência ao regime, que sempre existiu desde a posse de François Duvalier em 1957, foi se tornando frágil e desarticulada na medida em que se estruturavam os novos instrumentos de controle e repressão social e política. A criação e implantação nacional da milícia dos tontons macoutes, recrutando membros diretamente na massa camponesa, criou uma rede inédita de repressão aos adversários do novo regime. Pode-se dizer que nenhuma das tentativas armadas contra os dois períodos da ditadura dos Duvalier ganhou apoio de massa ou foi espontânea para seus protagonistas. Nenhuma tentativa de invasão armada de 1958 a 1983 se ampliou e, nas eleições de novembro de 1987, eventos que ocorreram já após a queda de Jean-Claude Duvalier, provavam que o regime sobrevivia como sistema mesmo após a ditadura, ainda que agora confrontado com uma inédita rede popular de ação política independente.

Os partidos políticos haitianos, com raras exceções depois de 1957, não passavam em geral de arranjos de conveniência entre seus líderes e seguidores em torno de objetivos eleitorais eventuais. Representavam interesses com pequenas variações das classes dominantes, como os partidos Nacional e Liberal no século XIX. Na década de 1940, o Movimento Operário Camponês (MOP) de Daniel Figolé e vários partidos socialistas e comunistas tentaram criar estruturas partidárias mais sólidas. A Aliança Democrática Haitiana de Louis Déjoie e o partido de Duvalier, Partido Unitário da Ação Governamental e Revolucionária, correspondiam ao molde tradicional de grupos eventuais para sustentar candidaturas governamentais.

Talvez o mais sério partido desse período tenha sido o Partido Unificado dos Comunistas Haitianos (PUCH), surgido em 1968 a partir da unificação de muitas tendências de esquerda dispersas e tendo como um dos seus principais líderes o historiador Gerard Pierre-Charles. No final da década de 1970 houve uma fermentação de organizações políticas no impulso da crise política e econômica. Surgiu o Comitê de Ação Jean-Claudiste, governamental, em abril de 1978; a Liga Haitiana de Direitos Humanos, de Gérard Gourgue; o Partido Social-Cristão, de Grégoire Eugène; e o Partido Democrata-Cristão, de Sylvio Claude. Essa fermentação levou ao aumento da repressão, e ocorria em um momento de descontentamento político e de queda dramática do nível de vida da maioria da população. Exílios, prisões e torturas cresceram entre 1980 e 1985, como último esforço do regime para conter esse processo de rearticulação política mais democrática (BELLEGARDE-SMITH, 1994, p. 106-107).

Os canais de crise do regime

Embora houvesse uma leve abertura à mídia impressa nesse período, ainda que de pouco alcance popular, as rádios ganharam enorme terreno e influência. As rádios protestantes, a rádio Soleil, católica, e outras ajudaram a enfraquecer a ditadura ao atingirem milhões de

haitianos. Em 1980 existiam cerca de 24 rádios, metade delas na capital. Havia ainda um número próximo de jornais, com quatro diários que tinham tiragem total de 25 mil exemplares, quatro jornais mensais e outros semanais. Havia dois canais de TV, e a ausência de censura nesses meios permitiu acesso de muitos haitianos a informações decisivas para se criarem alternativas para a expressão política independente. Isso facilitou a difusão e a consolidação da língua *créole*, inclusive escrita, o que possibilitou a incorporação da massa popular na ação política mais organizada e semeou forças contra o regime desde os de baixo (HAGGERTY, 1991, p. 341).

A visita do papa João Paulo II em março de 1983 fortaleceu uma nova vertente de oposição ao regime. O papa afirmou publicamente em sua visita que “*alguma coisa precisa mudar aqui*”. Ele pediu maior distribuição de renda e igualdade na estrutura social, com mais participação popular na vida pública. Essa mensagem ajudou a aumentar certa mobilização popular e o ativismo político. No entanto, em geral seu pontificado agiu na América Latina em sentido contrário visando acabar com a influência da Teologia da Libertação e do ativismo político de muitos setores católicos engajados social e politicamente. O tipo de mudança defendida pelo papa não estava ligado a uma proposta de organização e mobilização popular com se poderia talvez pressupor. Pelo contrário, ele buscava reafirmar o tradicional papel do catolicismo no Haiti, ligado às elites francófonas, além de combater a expansão da igreja de militância social. Anos depois, o Vaticano, que se aliara na década de 1960 a Duvalier e fizera um acordo para que este pudesse indicar os bispos católicos, foi o único Estado a reconhecer a nova ditadura que derrubaria depois o padre católico Jean-Bertrand Aristide da Presidência. A posição do papado estava bem articulada com as políticas que tanto França como EUA buscavam para preservar o regime, com mudanças apenas superficiais. O próprio arcebispo católico no Haiti, François-Wolff Ligondé, havia sido nomeado por François Duvalier e era parente da então futura esposa de Jean-Claude Duvalier.

No entanto, na contramão desta perspectiva de cúpula desenvolvida pela igreja católica oficial, mais de 500 comunidades de base haviam sido estabelecidas na década de 1980 pelo país. Esse movimento enraizado se mobilizava contra a pobreza e organizava uma rede entre os camponeses em torno de reivindicações sociais. Um movimento semelhante se desenvolvia entre as comunidades vodus, também fora do controle do governo. As rádios ligadas às igrejas se transformaram em fontes de informação, frente ao fechamento de jornais e à repressão à imprensa no começo da década de 1980. Os espaços de religiosidade provavelmente fossem os únicos sobreviventes para reunir e debater problemas sociais diretamente com a população. A Igreja Católica de base e as comunidades vodus se engajaram crescentemente na resistência contra a ditadura, em contradição suas cúpulas comprometidas com o regime. O acirramento político cresceu. Grupos antivodu chegaram a assassinar mais de 300 sacerdotes vodus “em nome de Cristo e da civilização” (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 108).

Para alguns autores, os grandes adversários da ditadura, e principais protagonistas de

sua queda, teriam sido os setores “mulatos” que faziam intrigas permanentes para conseguir casar *Baby Doc*, um negro, com uma mulata da elite econômica local. Mas aceitar essa tese seria simplificar demais a vida política haitiana e ignorar suas mais profundas contradições econômicas, culturais e sociais. Certamente houve impacto político e aumento do descontentamento de certos setores sociais restritos com o fato de o presidente ter-se casado em maio de 1980 com Michèle Bennett, uma mulher divorciada e de pele clara. Isso realmente causou antipatia em setores da pequena burguesia e entre os antigos seguidores duvalieristas. Provocou também uma divisão do pequeno círculo duvalierista, com o autoexílio de Mama Simone, a mãe de Jean-Claude. A cerimônia de casamento causou ainda maior escândalo, em um país miserável, com os gastos de mais de 3 milhões de dólares das festividades. A família da esposa de Jean-Claude não possuía boa reputação no país, algo que por outro lado não a distinguia muito de outros amplos setores da elite haitiana, e estivera envolvida com escândalos de venda de cadáveres de haitianos para escolas de Medicina no exterior e com o tráfico de drogas (HAGGERTY, 1991, p. 235-236).

As questões que moviam as contradições da cúpula do regime eram muito mais econômicas que morais. A crise econômica também afetara os setores que durante a ditadura eram privilegiados materialmente, provocando divisões que contaminaram o núcleo de poder. O deslocamento do núcleo tradicional de poder por Jean-Claude, após seu casamento em 1980, e sua aproximação com setores comerciais da chamada "elite mulata" podem ter favorecido o surgimento de uma oposição coerente e até então impossível de sobreviver, por causa do clientelismo combinado com a repressão. Durante a ditadura não apenas não se desenvolveu qualquer política econômica de proteção ou apoio à economia nacional, pelo contrário, criou-se um sistema paraestatal de controle monopolístico para importar mercadorias e favorecer grupos próximos a Duvalier. Um pequeno grupo de famílias da capital se beneficiou de ganhos extraordinários, e as decisões econômicas se politizaram, no pior sentido da palavra. A separação entre negócios particulares e de Estado muitas vezes desaparecia no mar da corrupção generalizada. Essa situação explica por que um setor da própria classe dirigente país, envolvida diretamente em seus próprios interesses e negócios, se afastou cada vez mais de Duvalier e da defesa do regime. E, ao mesmo tempo, destacou um grupo do Exército do controle direto do presidente. Essa situação obrigou, por outro lado, Duvalier a depender ainda mais do apoio externo dos EUA para garantir sua sustentação política interna.

Operação dos EUA para preservar o regime

A diminuição crescente da capacidade do regime de controlar a sociedade foi expressa nos levantes populares a partir de 1984, galvanizados em parte pela baixa Igreja Católica, que se fortaleceu como oposição após a visita do papa em 1983. Apesar de existir um desejo

difuso em toda a nação pela saída de Duvalier, a rebelião começou nas províncias, longe de Porto Príncipe. O movimento pelo fim da ditadura deu-se a partir de maciças demonstrações populares pacíficas em geral camponesas, respondidas inicialmente de forma brutal pelas forças governamentais. A cidade de Gonaïves, onde 182 anos antes se proclamara a independência, foi o centro inicial da revolta (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 108), com mobilizações a princípio contra o aumento dos preços dos alimentos, em outubro de 1985. Em janeiro de 1986 espalharam-se por seis outras cidades do norte, entre as quais Cap-Haitien. No final de janeiro, o sul do país também estava mobilizado. Jean-Claude respondeu cortando em 10% o preço dos alimentos e fechando as rádios independentes, mas sem muito sucesso. O movimento ganhou mais força. A revolta popular que derrubaria o governo ficou posteriormente conhecida em *créole* como *Operation déchoukaj* (operação desenraizamento), por tentar destruir as bases do duvalierismo. As greves e manifestações de massas demonstravam como era decrescente a base social do regime. Organizações e federações sindicais surgiram nesse momento. Associações profissionais de professores, jornalistas, engenheiros e advogados tiveram papel importante². O movimento sindical, que no período anterior fora praticamente dizimado, ganhava nova vida e se reorganizava.

Ao mesmo tempo em que ocorriam os protestos populares, começou a ser preparada uma conspiração, sem relação com as mobilizações sociais, que buscava uma alternativa preventiva à insurreição popular. Para manter o controle da situação política que se deteriorava, os EUA animaram os militares a agirem por conta própria, além de suspenderem a ajuda de 26 milhões de dólares ao governo como "protesto" contra a repressão desencadeada. Temia-se uma situação que provocasse o surgimento de uma ala de guerrilheiros ou rebeldes armados capaz de capitalizar com força irresistível as revoltas populares ainda pouco articuladas.

Para abreviar a queda de Duvalier, àquela altura com um governo praticamente insustentável por si só, e evitar uma situação incontrolável, o governo dos EUA negociou a sua saída para 1º de fevereiro de 1986. A administração estadunidense de Ronald Reagan pressionou Jean-Claude a renunciar, sem lhe garantir asilo. Mas somente uma semana depois, em 7 de fevereiro, o governo caiu de fato, com tempo para realizar um último saque das riquezas do país e promover uma festa de despedida no palácio nacional. Como Anastásio Somoza na Nicarágua, Jean-Claude também carregou grande parte do tesouro nacional em suas bagagens, ao sair do país. O regime se preservava e afastava a possibilidade de que as mobilizações populares em andamento criassem uma saída democrática e independente. Embora o povo nas ruas celebrasse a saída de Duvalier, mudanças reais e profundas ainda estavam longe de acontecer.

A troca de governo, com a saída de Duvalier, não representava ainda uma mudança efetiva, embora abrisse caminho para essa possibilidade. Nas eleições presidenciais posteriores

2 Os patrões estavam organizados na Câmara do Comércio e da Indústria do Haiti, menos ativa depois de 1986, com a queda da ditadura, além da associação de exportadores de café, que havia exercido influência na política e economia.

a 1986, os setores mais estruturados do antigo núcleo de poder estarão envolvidos com o apoio a candidaturas que se comprometiam diretamente com a proteção dos seus negócios particulares. Os longos anos de ditadura haviam desestruturado partidos e organizações mais orgânicas e que agora davam seus primeiros passos, fazendo do Exército a organização nacional mais sólida e estruturada do país (SNYDER, 2002). Assim, os privilégios e as benesses econômicas de longos anos de ditadura não poderiam ser facilmente deslocados ou cortados sem resistência feroz. O estado haitiano estava estruturado para defender interesses econômicos restritos e garantir os negócios dos grandes capitais externos, mas era agora diretamente ameaçado no seu conjunto por uma alternativa real que nascia das mobilizações populares e suas novas organizações.

Da queda do duvalierismo à transição inacabada

Um Conselho Nacional de Governo (CNG) formado por dois generais e três civis, chefiado pelo general Henri Namphy, assumiu o poder com a saída de *Baby Doc*. Os militares eram apoiados pelo governo estadunidense de Ronald Reagan, que lhes garantiu apoio financeiro e político para realizar a transição. A antiga Constituição de François Duvalier foi anulada pelo CNG, com a abertura de um processo de eleições constituintes em outubro de 1986. No dia 29 de março de 1987 foi divulgada uma nova Constituição, aprovada por referendo e que mandatava a formação de um Conselho Eleitoral Provisório (CEP) para organizar as eleições. É de notar que não houve a realização de um processo amplo e democrático ou nada próximo de uma Assembleia Constituinte capaz de reconstruir desde abaixo uma nova ordem institucional. O CNG composto por remanescentes do antigo regime rejeitou o CEP e propôs seu próprio conselho para gerir as eleições, o que afastava a participação de novas forças sociais e políticas surgidas nos movimentos de massa, como a importante presença de sindicatos. Porém, as mobilizações e greves populares obrigaram o CNG a retomar a proposta constitucional de um Conselho Eleitoral Provisório e independente para organizar as eleições presidenciais de 29 de novembro de 1987 (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 327-328). De fato, as mobilizações de massa que apontavam para a derrocada e ruptura do antigo regime haviam sido desviadas pela ação dos EUA apoiando os militares através do CNG, para preservar o regime sem Duvalier. Mesmo a viabilização do CEP tendia a mascarar a continuidade política e não a ruptura. Mas nada estava resolvido.

A campanha nacional às eleições presidenciais foi tensa, e dois candidatos chegaram a ser assassinados. Até agosto de 1987, se registraram 21 partidos, mas nenhum possuía uma organização nacional. Além disso, havia uma polêmica sobre o artigo 291 da nova Constituição, que proibia candidatos duvalieristas. A campanha começou oficialmente em outubro, com 35 candidatos registrados. O CEP reconheceu 23 e barrou 12, sob a alegação de

que eram duvalieristas. Havia quatro candidatos com potencial de vitória: Sylvio C. Claude, do Partido Democrata-Cristão do Haiti (PDCH); Marc Bazin, do Movimento pela Instauração da Democracia no Haiti (MIDH); Louis Déjoie II, filho do candidato a presidente de 1957 e representante do Partido Agrícola e Industrial Nacional (PAIN); e Gérard Gourgue, da Frente Nacional de Concertação (FNC). Esse último representava uma federação de partidos, grupos comunitários e sindicatos, baseados em uma organização chamada Grupo de 57. Incluía ainda o Comitê Nacional do Congresso de Movimentos Democráticos (Conacom), o Bloco Unitário Patriótico (BUP) e o Partido Nacional Progressista Revolucionário Haitiano (Panpra) de Serge Gilles. Marc Bazin e Louis Déjoie retornaram do exílio para organizar suas próprias campanhas presidenciais. Os dois únicos partidos que conseguiram agir durante a ditadura Duvalier foram o PDCH de Sylvio C. Claude e o Partido Social-Cristão do Haiti (PSCH) (BELLEGARDE-SMITH, 1990, p. 344).

As eleições de 29 de novembro de 1987, porém, tiveram de ser canceladas depois que grupos paramilitares como os antigos *Tontons Macoutes* atacaram votantes. Estima-se que tenham morrido 34 pessoas. Nesse dia havia 2,2 milhões de votantes aptos a participar do que seria a primeira eleição sob real disputa após 1957, ano em que Duvalier fora eleito presidente. Um novo conselho eleitoral foi formado, sob controle do governo, e marcadas novas eleições para 17 de janeiro de 1988. Leslie F. Manigat, da pequena Coalizão de Democratas Nacionais Progressistas (RDNP, da sigla em francês), foi eleito presidente, embora sob acusações de fraudes. O poder, porém, ainda estava firmemente em mãos do velho aparato militar duvalierista, e o breve interregno de limitada democracia durou pouco. Manigat tomou posse em 7 de fevereiro e, como presidente eleito, tentou impor um controle constitucional sobre as Forças Armadas, sem sucesso. Em 20 de junho, pouco mais de quatro meses após sua posse, o Exército o derrubou, e o general Henri Namphy, que chefiara a junta pós-Duvalier, tomou o assento presidencial. A violência dos antigos grupos duvalieristas continuou e retomou iniciativa. O clímax talvez tenha sido a invasão, em 11 de setembro, um domingo, de uma missa na capital pelos *Tontons Macoutes*, para assassinar várias pessoas e incendiar a igreja.

Uma semana depois desse ato bárbaro, em 17 de setembro de 1988, um grupo de oficiais da guarda presidencial depôs Namphy. Um ex-assessor da família Duvalier, o general Prosper Avril, assumiu o poder. Ele afastou do Exército e do gabinete os homens que poderiam ameaçar seu governo. A partir de 1989, passou a enfrentar greves e protestos populares crescentes, e convocou para 7 de fevereiro desse ano um Fórum Nacional. O objetivo era buscar um terreno de estabilidade e negociação que permitisse estabelecer um calendário eleitoral, sendo excluídos os duvalieristas. A Constituição de 1987 foi parcialmente restabelecida em 13 de março de 1989, quando se anunciou a formação de uma nova Comissão Eleitoral Permanente (CEP). Mas os antigos duvalieristas excluídos dessa busca de conciliação articularam, entre 2 e 8 de abril, duas novas tentativas de golpe, com a participação de membros do Alto Comando das Forças Armadas envolvidos com o tráfico de drogas. A operação de preservação do regime

que se iniciara ainda antes da queda de Duvalier em 1986 e buscava deter um movimento revolucionário e popular estava dando seus frutos com a permanente instabilidade política.

Avril não conseguiu sobreviver no governo, mesmo tendo dispersado os setores rebeldes do Exército (HAGGERTY, 1991, p. 330). Em 10 de março de 1990, ele deixou o cargo, e outro general, Hérard Abraham, assumiu o poder interinamente. O Haiti estava prestes a mergulhar na luta de facções armadas pelo controle do Estado. Ao mesmo tempo, avançava o generalizado descontentamento popular e novas organizações despontavam no terreno aberto pela crise política. O movimento revolucionário de massas que obrigara Duvalier a fugir do país estava longe de ser contido e era de fato o pano de fundo da instabilidade das facções militares, alimentando crescente inquietação nas cúpulas do imperialismo estadunidense. Em 13 de março, a juíza da Corte Suprema, Ertha Pascal-Trouillot, assumiu o governo, com um Conselho de Estado, para realizar uma nova tentativa de transição democrática.

A democracia incompatível com o regime neocolonial

Entre fevereiro de 1986 e setembro de 1988 cinco governos haviam se sucedido sem conseguir estabilizar politicamente o país. Porém, essa instabilidade revelava uma continuidade, pelo menos nos modelos de sucessão, se compararmos com o período pré-Duvalier em 1956-1957 (HAGGERTY, 1991, p. 325). Após a queda da ditadura, em 1986, a democracia surgia como um conceito abstrato. De fato, há muitas formas de exercício da democracia; tudo depende de sua materialidade e das relações entre as classes sociais. A possibilidade de se estabelecer a soberania popular por meio de eleições e a partir do Estado foi algo sempre a colocar em risco o poder da classe dominante haitiana associada ao imperialismo. O modelo político criado ficou sempre aquém das mudanças provocadas por facções personalistas secundadas por seus próprios aparatos armados. A corrupção passou a ser associada também a um vago conceito de democracia, que para muitos significava apenas uma troca de favores, uma busca de oportunidades pessoais. Democracia passava a significar concretamente possibilidades de empregos, comida e retornos materiais, mas não em um sentido de mobilização e luta, e sim de compadrio. Esse foi o objetivo geral do processo de aparente redemocratização iniciado no ano de 1986, que visava, por outro lado, desviar e conter os impulsos de mobilização e organização popular que despontavam. Os limites à consolidação da democracia, mesmo que sob a direção da burguesia haitiana, provocaram tenso debate (CAJOU, 2013).

O antagonismo entre partidos ligados às antigas estruturas duvalieristas que representavam frações da classe dominante e movimentos populares surgidos nesse período pode ser uma das explicações mais sólidas para o comprometimento de uma evolução positiva do processo democrático, mas insuficiente pois compromete igualmente a antiga ditadura e

os movimentos populares como obstáculos à democracia. As dificuldades e instabilidades políticas do período 1986-1994, geralmente vistas como um momento de “transição” e fraqueza das organizações políticas revelavam antes de tudo o grande destaque assumido por partidos políticos e movimentos populares como atores que jogavam um papel consciente no processo de transformação política democrática em curso. Apesar dessa nova situação, em que os processos internos de mudança política foram interrompidos por golpes militares, os movimentos populares e os partidos políticos, como formas de representação política coletiva das massas, abriram caminho para avançar uma nova articulação democrática e soberana do país (CHENET, 2011). Um dos fenômenos desse processo de mobilização de baixo para cima se articulou em torno do padre Jean-Bertrand Aristide, que andava descalço pelas favelas pregando a união dos pobres. Ele ajudou a construir associações populares que discutiam política, alfabetizavam, organizavam mutirões, e esse processo foi a base real do surgimento do movimento político *Lavalas* (avalanche, em *créole*). Isso se contrapunha a toda a tradição política vivida pelo Haiti desde 1957, com a ditadura dos Duvalier (SADER, 2006, p. 647). Era uma demonstração concreta de que havia possibilidade real para uma reconstrução política democrática.

Segundo alguns autores no entanto, o Haiti não chegou a constituir propriamente um Estado, no sentido moderno. Teria funcionado como um proto-estado, sustentado pelo autoritarismo típico de Estados baseados na monarquia ou no despotismo. De fato, as instituições liberais foram pouco desenvolvidas, com quase nenhuma burocracia institucional, concentrando-se principalmente na extração de renda da ampla camada de camponeses. A invasão dos EUA em 1915 e sua longa ocupação aprofundaram essas características e destruíram as antigas instituições nacionais nascidas com a revolução de independência de 1804. Com a ascensão de Duvalier, em 1957, o neocolonialismo estadunidense se preservou, barrando a consolidação de um Estado democrático e soberano. Na década de 1980, esse sistema autoritário que era a base do regime estava em plena crise, e interessava diretamente às grandes potências livrar-se de Duvalier para preservar as estruturas de exploração das massas haitianas. O período após a queda da ditadura abriu essa longa era de tentativas de transição intercaladas por retomadas autoritárias, negando a soberania às massas populares para preservar a submissão aos capitais internacionais, ou seja, a neocolônia. A situação não se estabilizou e, no final da década de 1980, as Forças Armadas - instituição com maior poder - mergulharam o país no faccionalismo e na corrupção generalizada.

Estudos mais recentes, utilizando o problemático conceito de “*Estado falido*”, passaram a incluir o Haiti nessa categoria. O diagnóstico sobre uma suposta ausência do Estado haitiano teve várias motivações anteriores e consequências. A mais concreta motivação foi justificar a presença da ONU, da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) e de outras missões anteriores, além de milhares de ONGs, no cotidiano do país. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial chegaram a

elaborar em 2005 o conceito de “*Estado frágil*” (*weak state*) e alguns especialistas criaram doze indicadores do que seria um “*Estado frágil*”. A primeira onda de uso do conceito ocorreu nos anos 1990, após a queda da União Soviética (URSS), para tentar classificar um suposto “*vácuo de poder*” pós-guerra fria. A segunda onda apareceu após os atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA, dessa vez para justificar as intervenções armadas e unilaterais dos EUA no exterior.

A relação entre o conceito de “*Estado frágil*” e o Haiti apareceu no início dos anos 1990, classificando o Haiti muito mais em virtude da crise dos balseiros haitianos que tentavam chegar por mar aos EUA entre 1992 e 1993 do que uma identidade com o antigo uso do conceito. Foi a emigração haitiana para os EUA que fez alguns estudiosos comprometidos com os interesses do governo estadunidense a incluírem o país como “*Estado frágil*”, mesmo contrariando os supostos “indicadores” elaborados anteriormente. Incluir o Haiti na classificação de “*Estado frágil*” facilitaria as justificativas e argumentações dos EUA para futuras intervenções baseadas na segurança, e isso mesmo frente à ausência de evidências que mostrassem o completo descontrole político e instabilidade do país (VERLIN, 2014). De fato, o que se constituiu após as intervenções econômicas e/ou militares foi um “*Estado dinamitado*”, para que não fosse de forma alguma um obstáculo aos interesses dos capitais estrangeiros (MONTORO, 2014, p. 438). As mobilizações populares desde o final da década de 1970 demonstraram, por outro lado, que havia uma autêntica alternativa democrática construída pelo povo haitiano e a possibilidade de construção de novas instituições nascidas dos reais interesses da maioria nacional.

Conclusões

A crise do regime ditatorial de Jean-Claude Duvalier e a crescente fragilidade institucional nos limites do esfacelamento do próprio estado nacional não foram um processo natural. A classe dominante haitiana, frente a crise econômica mundial e suas consequências locais, aprofundou suas tendências desagregadoras e seus compromissos privados em relação à gestão do estado. Em tendência oposta, e também movida pelos efeitos desastrosos da crise econômica, os movimentos populares, camponeses e sindicais se reagruparam e buscaram canais de coesão e ação comum. O começo da década de 1980 foi marcado por ações desesperadas de manutenção do regime com explícito apoio externo em choque direto com a reconstrução democrática que emanava dos estratos populares da sociedade haitiana. Esse caminho foi sistematicamente bloqueado, mesmo após a queda da ditadura. O caos político e social, a fragilização do estado haitiano, foi produzido e aplicado para impedir uma reconstrução democrática desde 1987. A eleição do padre Aristide em 1990 com amplo apoio popular foi a demonstração de que o profundo movimento de retomada do país desde baixo não fora derrotado e buscava novos caminhos para se consolidar.

REFERÊNCIAS

- ABOTH, Elizabeth. *Haiti – an insider’s history of the rise and fall of the Duvaliers*. New York: Touchstone book, 1988.
- BARTHELEMY, Gérard. *Le pays en dehors: essai sur l’univers rural haïtien*. Porto Príncipe: Henri Deschamps, 1989.
- BELLEGARDE-SMITH, Patrick. *Haiti, the breached citadel*. San Francisco e London: Westview press, 1990.
- CAJOU, Pierre Philippe. *O processo de democratização do Haiti e suas limitações*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2013.
- CHENET, Jean-Baptiste. *Mouvements populaires et partis politiques (1986-1996): la restructuration manquée de l’ordre politique agonisant*. Univ. de la Sorbonne nouvelle, Paris III, 2011. <http://tel.archives-ouvertes.fr/tel-01068975>. Acesso em 26/9/2014.
- FELDMANN, Andreas; MONTES, Juan Esteban. "Haití: tribulaciones de un estado colapsado". In: *Revista de ciencias políticas*, vol. 28, 1, 2008, p. 245-264.
- HAGGERTY, Richard A. (ed.). *Dominican republic and Haiti, country studies*. 2ª ed. Library of Congress, 1991.
- HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginario*, Mexico: FCE, 1993.
- LOMBART, Marie; Pierrat, Kevin; Redon, Marie. "Port-au-Prince: un 'projectorat' haïtien ou l’urbanisme de projets humanitaires en question". In: *Cahiers des Amériques latines*, 75, 2014.
- MAINGOT, Anthony P., *Estados Unidos y el Caribe: retos de una relación asimétrica*. Puerto Rico: Universidad de Puerto Rico, 2005.
- MONTORO, Xabier Arrizabalo. *Capitalismo y economía mundial*, Madrid, IME –ARCIS – UdeC, 2014.
- RESERVE, Roody. "Haití crisis sin fin". In: *Revista de Ciência Política*, vol. 30 (2), 2010, p. 361-378.
- SEGUY, Frack. Humanitarismo e questão racial no Haiti. In: *Lutas Sociais*, São Paulo: NEILS PUC-SP, jan-jun 2015, 19(34), p. 143-157.
- SADER, Emir (org.) et all, *Enciclopédia contemporânea da América Latina*, São Paulo: Boitempo, 2006.
- SNYDER, Richard. "Vias de salida de los regimes sultanicos. Una combinación de perspectivas estructurales y voluntaristas". In: *Araucania*, 4 (7), do 1º semestre, 2002.
- TROUILLOT, Michel-Rolph. *Haiti, state against nation – the origins and legacy of duvalierism*. New York: Monthly review press, 1990.
- VERLIN, Jan. "Haïti: État failli, Etat à (re) construire". In: *Cahiers des Amériques latines*, 75 (2014).